

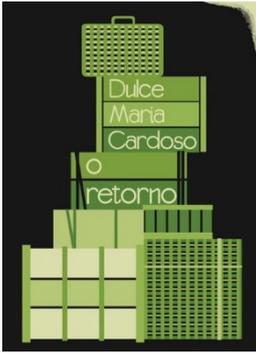


DUAS DE LETRA
GRUPO DE LEITORES DA FP E IE

MARÇO 2017

GUIA DE LEITURA

O RETORNO – DULCE MARIA CARDOSO



Biografia: Dulce Maria Cardoso nasceu em Trás-os-Montes, em 1964, na mesma cama onde haviam nascido a mãe e a avó. Tem pena de não se lembrar da viagem no navio Vera Cruz, para Angola. Da infância guarda a sombra generosa de uma mangueira que existia no quintal, o mar e o espaço que lhe moldou a alma. Regressou a Portugal na ponte aérea de 1975. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, escreveu argumentos para cinema, gastou tempo em inutilidades. Também escreveu contos. Tem fé, uma família, um punhado de amigos, o Blui e o Clude. Continua a escrever e a prezar inutilidades. Vive em Lisboa. Publicou em 2001 o seu romance de estreia, *Campo de Sangue*, Grande Prémio Acontece, escrito na sequência de uma bolsa de criação literária do Ministério da Cultura. Desde então publicou os romances *Os Meus Sentimentos* (2005), prémio da União Europeia para a Literatura, *O Chão dos Pardais* (2009), prémio Pen Club, e *O Retorno* (2011). É autora de duas antologias de contos: *Até Nós* (2008) e *Tudo São Histórias de Amor* (2014). Os seus primeiros dois livros infantis, na coleção *A Bíblia de Lôa*, foram publicados em 2014. Em 2012, foi condecorada com as insígnias de Cavaleira da Ordem das Artes e das Letras da França. A sua obra está publicada em quinze países e é estudada em diversas universidades. Alguns dos seus contos e romances foram adaptados ou encontram-se em fase de adaptação para cinema e teatro.

Sinopse de *O Retorno*: 1975, Luanda. A descolonização instiga ódios e guerras. Os brancos debandam e em poucos meses chegam a Portugal mais de meio milhão de pessoas. O processo revolucionário está no seu auge e os retornados são recebidos com desconfiança e hostilidade. Muitos não têm para onde ir nem do que viver. Rui tem quinze anos e é um deles. 1975. Lisboa. Durante mais de um ano, Rui e a família vivem num quarto de um hotel de 5 estrelas a abarrotar de retornados — um improvável purgatório sem salvação garantida que se degrada de dia para dia. A adolescência torna-se uma espera assustada pela idade adulta: aprender o desespero e a raiva, reaprender o amor, inventar a esperança. África sempre presente mas cada vez mais longe.

Jornal Público – 17/09/2015:

O romance de Dulce Maria Cardoso sobre a chegada dos retornados a Portugal não pára de ser reeditado. Era de esperar que esse sucesso editorial se devesse sobretudo a quem passou pela experiência descrita em *O Retorno*. Mas muitos retornados nem conhecem o livro.

Dulce Maria Cardoso não consegue estar muito tempo ao sol. A pele é tão clara que ela parece alguém que precisa de ser salva. Perdeu “a cor toda” há 40 anos quando veio de Angola, rapidamente e em força. “Era muito morena, estava sempre ao sol. Quando cá cheguei fiquei branca. Sou muito branca, que era uma coisa que desconhecia acerca de mim.”

Aconteceu-lhe outra coisa quando chegou a Portugal. “Toda a gente dizia que eu ia ser enorme. Cheguei cá e nunca mais cresci”, ri-se. “Fiquei convencida durante muito tempo que foi o frio da metrópole que me impediu a ascensão. Fez aquela coisa que acontece aos bolos quando saem do forno.”

Sem o frio da metrópole, e sem toda essa experiência de ser levada pelos acontecimentos como uma enxurrada, talvez não se tivesse tornado escritora. “Tinha 11 anos. Fui a minha primeira personagem. Achei sempre: vou contar isto, vou contar isto.” Publicado há quatro anos, *O Retorno* tornou-se “um pequeno monstro”, diz a autora, como se o êxito editorial ainda hoje a surpreendesse. O romance vai na nona edição. “É um livro que estamos sempre a vender e a reimprimir”, diz Bárbara Bulhosa, editora da Tinta-da-China, que publicou *O Retorno*. “É um daqueles livros que vai ficar. Tornou-se um bocado obrigatório.”

Não era previsível. A literatura sobre o tema – o retorno dos colonos a Portugal durante um processo de descolonização mais improvisado do que preparado – era praticamente inexistente. “Porque é que há tão pouco material escrito sobre estes retornados? Foram meio milhão de pessoas, com os seus descendentes todos, uma coisa que foi certamente traumática para a maior parte”, diz Dulce Maria Cardoso. “Meio milhão é muita gente para um país desta dimensão. Toda a gente lidou com retornados. Quanto mais não seja, ouviu falar. Achei que era um tema que não tinha interesse nenhum, já que ninguém tratava dele.” O livro foi editado pela Tinta-da-China, que até então nunca tinha publicado ficção. “Era mais do que normal a coisa não correr bem.”

Há um antes e um depois de *O Retorno* no percurso literário de Dulce Maria Cardoso. Apesar do reconhecimento crítico, apesar dos prémios, apesar da sua inclusão em antologias estrangeiras, antes do quarto romance não era uma escritora muito lida. Antes, não era abordada no supermercado. “Desculpe estar a olhar tanto para si, mas gostei muito do seu livro.” Isto passou-se num Pingo Doce. “Os retornados tinham sido muito mal recebidos [em Portugal]. Ser retornado era um estigma. Nunca imaginei que o estigma, de repente, pudesse passar a ser uma mais-valia”, diz Dulce Maria Cardoso.

O passa-palavra foi determinante para o êxito de *O Retorno*. “As pessoas gostaram muito e depois ofereceram o livro. No outro dia, conheci um leitor que me disse: “Gostei muito, mas já recebi três. Chega.” Seria de esperar que a popularidade se devesse sobretudo a quem passou pela experiência descrita no livro – uma ficção inspirada na história pessoal de Dulce Maria Cardoso, mas que de maneira nenhuma se reduz a ela – e se reconheceu (“a questão da solidão: alguém viveu o mesmo que eu”).

A realidade é mais complexa. “Acho que o livro fez muita diferença para as pessoas que não sabiam o que se tinha passado. Pessoas que têm agora 30 anos, que não eram vivas no 25 de Abril, ficaram muito agradecidas. Tenho recebido muitas mensagens”, diz a autora.

Existe um outro grupo de leitores, “não muito grande”, como a mulher, uma retornada, que comprou três exemplares do livro para oferecer aos filhos. “Ela disse-me: ‘Nunca consegui explicar aos meus filhos o que eu passei e este livro diz exactamente como foi,

portanto quero oferecer um a cada um.’ Como uma espécie de herança. Isso comoveu-me”, conta Dulce. *O Retorno* permitiu a algumas pessoas, filhos de retornados, compreenderem a raiva dos pais. Reações que chegaram à autora: “Percebi finalmente por que é que o meu pai era tão amargo.” Ou: “Agora percebo porque é que a minha mãe detestava tanto a metrópole.” “Fico contente por o livro ter apaziguado pessoas”, diz Dulce Maria Cardoso. Nem sempre. “Há retornados que acham que sou uma traidora. Porque eu ponho os dois lados. E eles não têm dois lados. No livro somos todos bons e maus à vez. Para eles, não: havia os maus e os bons.”

Muitos retornados nem sequer leram ou conhecem o livro. Bárbara Bulhosa, editora de *O Retorno*, conta que uma amiga lhe disse que a mãe “não pode ler este livro” porque seria demasiado doloroso.

“Essas pessoas perderam uma coisa, um modo de viver, querem é tentar resgatar esse modo de viver”, diz Dulce Maria Cardoso. “Eu não quero resgatar esse modo de vida, felizmente ou infelizmente já sei que é impossível o resgate. O colonialismo não devia ter existido, nada daquilo devia ter acontecido. Mas essas pessoas continuam a querer aquilo. Acham que era possível ter-se resolvido de outra maneira. Não são más pessoas, são só pessoas postas em circunstâncias... É o que eu digo: se eu tivesse sido alemã na década de 30 e 40 possivelmente era nazi. A maioria era, porque é que eu não seria?”

Não se pode ter nostalgia de África sem a nostalgia do império ou do colonialismo?

“Não. Aquela era a realidade onde foram mais felizes e mais prósperos. Investiram muito. Também foram vítimas. Quando Salazar disse ‘para Angola, rapidamente e em força’, estas pessoas foram e trabalharam muito, construíram muito. Sentiram-se muito lesadas depois. Compreendo a raiva, compreendo o desespero, compreendo isso tudo. Por isso é que foi tão difícil escrever *O Retorno*. Ainda por cima sendo eu filha dessas pessoas, que perderam tudo de um momento para o outro.”

Dulce não fez pesquisa para o livro, não procurou outros retornados, nem sequer falou com a sua própria família. “Sou a mais nova da família, mas sou eu quem se lembra de mais coisas. A minha irmã, durante 20 anos ou mais, negou que era retornada. Por isso é normal que não se lembre, que tenha apagado tudo. A minha mãe lembra-se de ter perdido tudo mas também não se lembra de mais nada.” O pai já não era vivo quando escreveu *O Retorno*. “Eu era muito miúda, tinha uma idade que me permitia decorar sem julgar. Portanto, pude congelar tudo.”

Foi só depois de publicar *O Retorno* que soube da existência de grupos de retornados, comunidades revivalistas forjadas no Facebook, onde partilham fotografias e memórias pessoais. Dulce chegou a frequentar encontros de confraternização de alguns grupos, eventos com a duração de um dia inteiro, incluindo almoço, jantar, baile, desfile de trajes com panos africanos. Em 200 pessoas, quatro ou cinco saberão da existência de *O Retorno*. Durante um período, Dulce Maria Cardoso pensou fazer um livro baseado nas memórias dessas pessoas. “Depois desisti desse projeto porque comecei a ficar muito farta do tema. Por outro lado, não tinha testemunhos que pudessem fazer uma grande diferença. Dizem quase todos a mesma coisa: que a vida era maravilhosa lá.

Falam ainda como se estivessem lá. Sem perceber que estava tudo errado desde o início. Conversas absolutamente colonialistas, racistas. 'Ficaram lá com aquilo e estragaram tudo, nunca souberam fazer nada'. Quando me perguntam se havia racismo em Luanda, eu digo: 'Mas se há racismo em 2015 em Lisboa, como é que em 1975 não havia?'"

Passados 40 anos, é comum falar-se do retorno como um processo positivo, elogiando a capacidade do país para integrar meio milhão de pessoas de um dia para o outro. "Depende do que estamos a comparar", sublinha a escritora. "Não houve mortos nem sangue, ou poucos houve, porque os que se suicidaram e os que enlouqueceram não fazem parte dos números. Desse ponto de vista, foi pacífico. Agora, sermos bem recebidos no sentido de haver igualdade de oportunidades, de haver curiosidade em relação ao outro? Isso não houve, de todo", diz.

Os retornados foram recebidos com desconfiança e hostilidade. "Houve retornados que se integraram muito silenciosamente e sem problema algum. O estigma não era tanto ser retornado. O estigma era a pobreza. Os que vieram sem nada. Havia em Cascais uma família de retornados que tinha uma grande vivenda no bairro do Rosário, que faziam festas ao fim-de-semana com merengues. E eram exóticos. Eram maravilhosos. Porquê? Porque tinham bastante dinheiro. Faziam festas enormes. Eram altos, morenos. As raparigas andavam sempre de fato de banho a passear-se ao pé da piscina. Fumavam. Toda a gente queria ser amiga daqueles retornados. Os retornados de que eu falo e o estigma associado são os retornados dos hotéis, das filas da Cáritas, das filas da Cruz Vermelha. Os retornados foram meio milhão ou mais, mas foram realidades diversas. Houve funcionários públicos que até ficaram numa situação melhor cá. A única coisa era: não tinham o clima, não tinham as lagostas, não tinham o pôr-do-sol de lá, aquelas coisas que eles inventam e que também não são verdade. Havia imensas enxurradas, havia imensa lama."

Quando foi para a escola em Portugal, Dulce Maria Cardoso foi colocada numa fila à parte, juntamente com outras crianças que tinham vindo das ex-colónias, que supostamente tinham problemas de aprendizagem. "Durante um ano letivo inteiro, houve uma professora de matemática que nunca chamou um de nós pelo nome. Passou o ano todo a dizer: 'Um dos retornados que responda.'"

Lembra-se de ter sido convidada pela primeira vez para uma festa de aniversário três anos depois de chegar a Portugal. "Havia festas constantes. Eu nunca ia. E não era porque não quisesse. Não era porque não fosse afável. Eu era muito afável e muito sorridente. Era muito boa aluna. Era muito concorrida para os trabalhos de grupo, por exemplo. Mas continuava a não ir às festas. Isso diz muito sobre a integração."

Se a integração foi um "sucesso", isso "partiu da vontade dos retornados", defende. "Acho que houve uma decisão do género: "Nós temos de viver cá e somos menos." Ao contrário das matrículas de automóveis portuguesas, com duas letras, as matrículas das ex-colónias continham três letras. "Quando passávamos, os carros com as três letras, buzínávamos uns aos outros. 'Estamos aqui, estamos aqui...' Era um sinal de reconhecimento. Depois deixámos. E depois as conversas já não eram no sentido de

‘eles’ e ‘nós’. Até porque os retornados queriam montar negócios e sabiam que tinham de contar com os consumidores de cá.”

Não é um discurso de vitimização. “Se daqui a 20 ou daqui a 40 anos uma ucraniana escrever um livro sobre como foi difícil a integração em Portugal, eu sou uma da metrópole. Não conheço nenhuma ucraniana. As únicas que conheço são empregadas de amigas. Não tenho uma amiga que tenha uma amiga ucraniana. Mas eles existem, estão cá, têm negócios.”

Uma sociedade que se recusa a olhar criticamente para o passado – e que ainda não passou da infância dessa discussão – está condenada a perpetuar os erros. Ao fim de 40 anos, começa a deixar de haver atenuantes. “Qualquer dia temos tantos anos de democracia como de ditadura. E o mundo mudou muito.”

Entrevista à autora (in <http://anabelamotaribeiro.pt/dulce-maria-cardoso-201934>, inicialmente publicada no *Jornal de Negócios* – 30/04/2015)

Dulce Maria Cardoso regressou de Angola na ponte aérea de 1975. Diz que o frio da metrópole lhe fez o que faz aos bolos quando se abre o forno: parou de crescer. Viveu uns meses em Trás-os-Montes, mudou-se para Cascais. Estudou Direito, é escritora. Tem 50 anos. *O Retorno*, centrado na experiência da perda e do recomeço, está traduzido em várias línguas, vendeu milhares de exemplares, é estudado em escolas. Passam este ano 40 anos sobre a independência das colónias. A ferida sarou?

Qual foi o dia do retorno?

Foi 8 de Julho de 1975. Dois dias antes de fazer 11 anos. Fiz anos quando cheguei a Trás-os-Montes. Deduzo que tenha sido esse o dia. Mas pode haver um registo a 7... Fomos para o aeroporto [em Luanda], estava cheio, ficámos à espera. Não havia um bilhete, um “vai-se naquele dia”.

Foi o fim de uma vida e o começo de outra. Foi o fim da infância e o começo da vida adulta – sem passagem pelo corredor de transição que é a adolescência?

Passa-se pela adolescência. É uma coisa que se aprende nestes períodos mais extremados: independentemente das nossas circunstâncias, há uma parte biológica que se impõe. África é o continente da infância. Por causa do espaço, da cor, dos cheiros. É tudo muito excessivo. A infância é sempre um tempo mítico. A minha infância ainda foi mais.

Porquê?

Foi passada num cenário ao qual nunca mais regresssei. Coincidiu, não com o fim da ditadura, mas com uma coisa mais vasta: o fim do império. Foram 500 anos. A minha história pessoal cruzou-se com a História. Foi a única vez na vida em que fiz parte de um processo assim. Fui uma das vítimas, fui uma das testemunhas, e, por ser criança, não fui uma das cúmplices. Senão teria sido.

O império foi desmantelado e a sua vida também. Arrumada em malas, apressadamente, para iniciar uma nova vida. Retrospectivamente é essa a imagem que fica, que se impõe?

Na altura não se pensa em nada disso. Olhamos para o passado com lentes do presente. Obviamente já sabemos o desfecho. Já somos outros. Na altura é uma família com malas – ou sem malas, no nosso caso. É só uma família aflita num país que está em guerra civil. Que vai perder tudo. Que sabe a miséria de que a metrópole é feita, e que sabe que vai regressar para a realidade de onde fugiu. Os meus pais foram para Angola por questões familiares e financeiras. Foram para Angola como podiam ter ido para outro sítio qualquer. Mas para a maior parte das pessoas a narrativa era a da pobreza da metrópole. Poucos recursos, pouco emprego, vida pior. Muitos retornados foram para os Estados Unidos, África do Sul, Brasil. Eu tinha muita inveja deles.

Porque iam para destinos exóticos?

Porque não vinham para aqui. Tanto me fazia. O mundo era pequeno para mim. Só há pouco tempo deixei de querer sair daqui. Só em 2010.

Coincidiu com a escrita d'O Retorno?

Foi uma coincidência. Já tinha passado uma temporada nos Estados Unidos e um ano na Alemanha. Foi aí que percebi que pertença aqui. Não por um sentimento de pátria. Esses conceitos não me dizem quase nada.

Onde é que sente que pertence?

Geograficamente não pertença a lado algum. Pertenço aos meus pensamentos. Pode ser uma construção minha... Pode estar um sol maravilhoso, se estiver triste e não conseguir sair dessa tristeza, o sol não existe para mim. E nos pensamentos englobo tudo. Pertenço aos meus amores. Concentraram-se aqui as pessoas de que preciso. Não me habituo à ausência dos que amo.

Ainda antes do 25 de Abril, vai para a escola, onde é ensinada uma ideia de império. Como é que era?

A ideia de império era passada como é passada qualquer ideia de propaganda. Com a glorificação de um mito. Portugal era um país que ia do Minho a Timor. Tínhamos um mapa [onde se lia] “Portugal não é um país pequeno”. Tínhamos outro mapa só para as colónias: Portugal continental enorme e as colónias à volta muito pequeninas. (Ainda hoje sou muito má a geografia.) Aos sábados de manhã havia os hinos, com a Educação Física. Cá, na metrópole, mitificava-se a vida nas colónias. Com fazendas e elefantes e pôr-do-sol e mariscos, e as pessoas sempre bem-dispostas e na praia. Não era de todo assim. Eram muitas vezes vidas modestas. Muito medo do desconhecido.

Não mencionou uma coisa que fazia parte dessa mitificação: grandes casas com um rancho de empregados. Pretos, como se dizia.

Talvez no interior fosse assim, talvez nas fazendas tivesse de ser assim. Em Luanda, na minha realidade, não era assim. Se for para o Restelo, ficará com a ideia de que os portugueses vivem todos em vivenda com jardim e jardineiros. Portanto, havia, não era a maioria, nem podia ser. A vida maravilhosa que era contada, e muito pelos retornados, não é verdadeira. Mas as pessoas, tendo perdido tudo, tinham que dizer que perderam uma coisa maravilhosa.

Também se mitificava a metrópole? No seu livro escreve: “Então a metrópole afinal é isto”.

Essa frase, levou meses a ser escrita. Escrevi exaustivamente, folhas e folhas e folhas, a dizer como é que era a metrópole.

Como era de facto ou como imaginava que era?

Como era quando cheguei. O que vi. Embelezei tudo. Só agora, a escrever *O Retorno*, é que tirei os pormenores de decoração e passei à memória pura e dura. Foi muito doloroso. De repente percebi que a desilusão é o branco. É o vazio. Não há nada. Surgiu-me esta frase: “Então a metrópole afinal é isto”. “Isto” é a desilusão, é a minha desilusão.

Como era a metrópole mitificada?

Havia cerejas, o fruto mais apetecido. Não havia doenças. Roupas fantásticas. Em Angola fazíamos o calendário pela metrópole. Ou seja, no tempo mais quente estávamos em aulas, no tempo mais fresco estávamos em casa. Tínhamos casas com alcatifa e lareira! As fatias douradas azedavam da consoada para o dia de Natal, mas era assim que na metrópole se fazia.

E as cerejas?

Não havia. Tudo se dava, que era uma terra abençoada (como toda a gente dizia). Caía um caroço e nascia uma árvore. Cerejas e maçãs, não havia. Uma vez, num casamento muito rico, disseram que havia cerejas. E havia, numa cestinha, umas coisas mirradas, feias, que me pareciam pitangas. Provei, achei terrível. Disse que era maravilhoso e passei eu também a alimentar o mito das cerejas. É assim que se faz. Deve ser por isto que não há nada que eu escreva que não tenha cerejas. [riso]

Mitificavam-se as cerejas, a vida cá, a vida lá...

E a verdade está, como tudo, mais ou menos ao meio. Claro que havia coisas maravilhosas em Angola. A vida era mais fácil, havia mais dinheiro, mais oportunidades. Havia coisas terríveis. Medo. Nós éramos uma minoria. Quando digo nós, digo brancos.

Havia medo palpável antes do ano de guerra civil?

Claro que havia. Tinha havido 61, “para Angola, rapidamente em força! [frase de Salazar]”. Tinha amigos que não tinham pai – tinha sido decapitado na década de 60. Usavam-se aquelas braçadeiras de luto: era muito frequente vê-las. Sabíamos que estávamos em território hostil, que não pertencíamos lá.

Sabiam como? Estava nas conversas?

Para já, era uma questão de quantidade.

Na sua turma, na escola, havia meninos negros?

Não. Eu andava no colégio João de Deus, que era privado. Na escola pública, havia. Os negros misturavam-se muito com os brancos. Não havia em Angola o racismo que havia na África do Sul ou mesmo em Moçambique. Mas havia racismo em Angola. Há pessoas que se indignam quando digo que havia racismo em Angola. Mas, nesta esplanada, quantos negros vê? Na Assembleia da República, quantos negros vê? Na televisão, a dar notícias, quantos negros vê? Agora vá para bairros desfavorecidos, e veja quantos negros encontra. Se há racismo em Lisboa em 2015, como é que se quer que em Angola em 1975, numa situação de domínio, de colónia, não houvesse racismo? Como? Só se tivéssemos caído num buraco e nos tornássemos todos infinitamente bons.

Era banal encontrar um branco a maltratar um negro, a falar torto a um negro?

Claro que era. Mas isso até se podia resolver, porque esse branco podia ser punido ou ensinado. O problema do preconceito é anterior: é na não-oportunidade. Se um negro se conseguisse impor e vivesse ao pé dos brancos, e tivesse dinheiro, tirando um ou outro branco, ninguém o expulsava. O problema era ele não chegar lá.

Não havia nenhum negro proprietário de uma empresa com brancos a trabalhar na construção civil?

Não. Como cá não há, quase. E nem nos apercebemos disso, de um fundo lodoso, pantanoso. Em Angola, não me lembro de cenas violentas. Não mais do que aqui quando vou a um bairro menos privilegiado.

A questão é a estratificação social.

A questão é a falta de oportunidades. Quantos negros existiam na escola, quantos viviam em bairros com água canalizada? Acho muito interessante que se estude o que aconteceu se se fizer a ponte para o que está a acontecer. É anestesiante esta ideia de que o colonialismo foi terrível, “como é que nós fomos capazes?”, não percebendo que o que está a acontecer é tão grave como o que aconteceu.

Tão grave, como?

O colonialismo deixou de ser territorial. A não ser que escavemos até ao centro da terra e encontremos algo semelhante a índios ou negros, já não podemos colonizar nada. O mundo tornou-se finito. Só que há outras formas de colonialismo. O económico. O colonialismo económico põe milhões no desemprego, leva a uma desigualdade social enorme – é uma coisa gravíssima. Tornou-se invisível. Não temos consciência dele. “Isso é mesmo assim.”

Diz, no fundo, que temos uma lente treinada para ver a discriminação racial, e que banalizamos a discriminação de classe ou económica?

Ou estética. De alguma forma, a revolução tem de partir das elites. São as elites que têm poder, tempo e dinheiro. Os explorados, os discriminados em geral não têm nada disso.

Estão ocupados a sobreviver.

Estão muito ocupados a sobreviver. Não têm voz. O esforço tem de ser sempre dos que estão numa situação de privilégio. Normalmente, quando estamos numa situação de privilégio tornamo-nos indiferentes. Somos muito rápidos no gatilho, a acusar, mas não estou a falar dos outros, estou a falar de mim. Enquanto não nos toca a nós, o sofrimento do outro pode esperar. Uma das coisas que mais me agradam n' *O Retorno* foi ter falado da Pirata, uma cadelinha que fica lá. Várias pessoas me disseram que perceberam que não podiam abandonar animais por causa da Pirata. Fez-lhes muita impressão aquela cadela que não parava de correr. As vítimas não param de correr. Nós é que paramos de olhar para elas. Há sempre uma altura em que paramos de olhar – torna-se insuportável. Há dois dias comemorámos os 41 anos de uma revolução, sabemos que fizemos um enorme caminho (é bom que se diga que isto era terrível em termos de pobreza, atraso, etc.), e estamos tão longe, tão longe dos ideais de Abril...

Celebrou o 25 de Abril?

Celebro sempre. Celebrarei qualquer revolução que vise a igualdade de oportunidades.

A maneira como o colonialismo era visto, na metrópole, foi uma das razões pelas quais os retornados foram mal recebidos? Havia a acusação de que eram racistas, que tratavam mal os negros, que estavam a ter o que mereciam.

Acho que sim. Nós fomos os despojos de uma realidade que ninguém queria ver. É simples acusar aqueles que, por desespero, por falta de alternativa, por espírito mais aventureiro, o que for, saíram. Depois esse meio milhão voltou a competir por casas, empregos, namoros. A condição faz [com que sejam olhados assim]: “Vocês são os que exploraram”. Sendo que cá se explorava a criadita da aldeia, que vivia no bairro social de Alvalade num quarto exíguo, que o patrão engravidava. É verdade que lá exploraram tanto quanto cá, tanto como agora quem tem poder. A questão é: o que é que faz uma pessoa que está numa situação de poder prescindir de explorar o outro? O que nos faz não ceder aos nossos piores instintos?

Civilização, educação?

Mesmo assim. É da condição humana, querer sempre mais, querer sempre o melhor, de sermos pouco empáticos com o sofrimento do outro quando o nosso está de permeio. O que é que faz [com que não seja assim]? Para mim, é a ideia de Deus.

É uma ideia de Bem?

É uma ideia de Bem que me é exterior, que não reconheço em mim nem nos meus semelhantes, e que me impede de ser a maior bandida do mundo. O que é que impede um país ou uma pessoa com poder de subjugar a outra? Se soubéssemos, podíamos prevenir o Mal. Mas o Mal é impossível de expurgar. Há uma parte muito cinzenta – a da ética – em que não se fala de Mal nem de Bem. Fala-se de territórios, mistos, em que

vamos sendo bons e maus à vez. É assim que nós somos. O maior idiota tem razão duas vezes ao dia, o ser mais malvado tem uma ou duas qualidades (toda a gente fala de o Hitler ser vegetariano e de gostar de cães). Quando falo de Bem e de Deus, não é de religião que estou a falar.

No espaço de um ano chegou mais de meio milhão de pessoas. A sua inserção não provocou grandes convulsões ou fraturas. A que é que acha que se deveu isso?

Por um lado, temos de definir o que é correr bem. Não há relatos das pessoas que se suicidaram. Não há relatos dos que enlouqueceram. Não há relatos dos que ainda hoje envelhecem amargos e pobres. É verdade que não houve um [faz som de deflagração]! Não foi pelo esforço de integração dos de cá – compreensivelmente. O que aconteceu foi que os retornados decidiram integrar-se.

Decidiram?

Decidiram [integrar-se] porque estavam cansados. Já sabiam o que era uma guerra civil (ao contrário dos de cá). Tinham perdido tudo, estavam muito concentrados em sobreviver. Perceberam que estavam em minoria, mais uma vez. E abriram um café, abriram lojas diferentes. Foi muito através do negócio [que se instalaram].

Muitos funcionários públicos, também.

Mas esses tinham a vida assegurada. Detesto pensar que Marx tinha muito mais razão do que julgamos, mas a questão é sempre económica. Havia retornados que tinham muito dinheiro. Conheci uma família, em Cascais. Tinham uma casa enorme, faziam uma festa todos os sábados. Eram os heróis do bairro. O estigma maior é a pobreza, seja retornado ou não. Os retornados que vieram com dinheiro ou emprego, sim, houve uma perda afetiva, sim, uma saudade, sim, viram coisas terríveis...

A questão é se vieram com uma mão à frente e outra atrás ou se vieram com um punhado de diamantes no bolso.

Exatamente. Tudo o que estamos aqui a falar: vamos bater aí, à pobreza.

Frequentemente diz-se que a descolonização correu mal. Mas podia ter corrido bem, tendo começado com tantos anos de atraso?

Tendemos a ver e a pensar a descolonização só pelo nosso lado. Deixámos povos em guerra, o que por si só demonstraria que a descolonização correu mal. Claro que a independência era fundamental, mas talvez pudesse ter acontecido de outra maneira. Passados 40 anos, atrevo-me a dizer que se passou com o império e as colónias o que em geral se passa nas nossas vidas com a maior parte das pessoas e dos acontecimentos. Avistamos mas não conhecemos, e muitas vezes nem sequer vemos. Avistámos vários continentes, vários povos e várias culturas, mas não conseguimos ver, não conseguimos conhecer, não conseguimos ficar próximos como provam as relações que temos atualmente com esses Estados. Basta olhar para as políticas de imigração e de emigração.

Que memórias tem do ano de guerra civil? Era uma criança de nove, dez anos.

Por incrível que pareça, tenho memórias divertidas. Apesar de terem morrido pessoas. O meu Rui d’*O Retorno* chama-se assim por homenagem ao meu amigo Rui, cujos dois irmãos foram assassinados. Não tínhamos televisão. Tínhamos rádio, e os mais velhos adoravam o “Simplesmente Maria”. Antes e depois, havia uma lista interminável de desaparecidos. Basicamente, queria dizer que estavam mortos. A indiferença era tão grande que a minha mãe e as vizinhas diziam: “Esta lista está cada vez maior! Nunca mais chega a novela.” Não eram monstros. Era só porque não lhes dizia respeito.

Quando é que passou a dizer respeito?

Quando ouvi o nome do Hélder e do Zé Abreu na lista. Foram os primeiros dois conhecidos. Irmãos desse amigo, com quem dancei pela primeira vez. E de repente já não era uma lista. Aquelas pessoas tinham cara. O Rui é um adolescente e um homem por causa disto. O Rui foi sempre a minha medida da guerra e a medida do meu conforto. Porque quando cheguei cá e tinha uma vida desesperada, pensava: “Mas o Rui, esteja onde estiver, tem isto tudo e não tem dois irmãos.” Reencontrei-o por causa d’ *O Retorno*, disse-lhe o quanto me sentia culpada por me ter confortado com a ideia de que eu, ao menos, tinha a família completa... A meio do livro percebi que Rui é o imperativo do verbo “ruir”.

Eram vidas em ruína.

Rui estava certo, porque eu tinha assistido ao monstro a ruir. Houve isto, houve uma mulher barbaramente violada, houve uma mulher grávida a quem abriram a barriga. Isto tudo entre os vizinhos.

E como é que pode ter memórias divertidas?

Habituo-nos a tudo. Era lindo ver as balas luminosas, da sede do MPLA para a FNLA. Não sei o nome técnico, parecia fogo-de-artifício. Assistíamos da varanda, como assistíamos a muitos outros confrontos, que nos tiravam, a nós crianças, ou a adultos inconscientes, do tédio. O recolher obrigatório fazia com que não se voltasse a horas para casa. As festas prolongavam-se pela noite. Fazia com quem os professores faltassem às aulas. Fazia com que tudo fosse extremado, urgente. Muitas coisas deixaram de ter importância. Eu podia andar com umas botas de salto alto da minha irmã, cinco anos mais velha, e a minha mãe não me dizia nada. Havia tanta coisa a tratar... Habituo-nos a tudo. E até, se tivermos talento para isso, habituamo-nos a ser felizes nestes contextos. Estou sempre a falar do ponto de vista de uma criança. Acredito que a disposição do meu pai, preocupado com o regresso ou o nosso sustento, fosse diferente da minha. As recordações piores já são na metrópole.

São dos pais e dos amigos dos pais a falar do que perderam? É a sensação de desamparo, aqui?

Não. Como eu dizia, não há nada como a pobreza. Era ponto assente para os meus pais que nem eu nem a minha irmã podíamos parar de estudar. Por isso, tivéssemos roupa

ou não, comida ou não, passe ou não, íamos. Repare, as crianças são muito cruéis. É complicado ir para uma escola onde não se conhece ninguém, onde se é diferente... Se tivesse o dinheiro dos retornados da casa grande e pudesse impor o meu exotismo... Tinha de andar com o pijama debaixo da roupa, uma gabardine e umas galochas que deram na Cáritas, sem cadernos, livros emprestados, uma professora que disse: "Um dos retornados que responda". Quem é que quer um colega destes? O poder que tive foi tornar-me muito boa aluna. Mas percebi que isso também não chegava. Continuava a não ser convidada para as festas. A maior parte das pessoas sucumbe. E assim cessa qualquer possibilidade de ascensão.

Conversas políticas, ódios políticos inflamados: o que é que apanhou disto?

Havia dois grupos. Um de pessoas mais velhas, mais de direita, mais reacionários, que achavam que a esquerda lhes tinha estragado a vida; raramente eram apoiantes da ditadura; havia a ideia de que Angola devia ser independente e ter um governo misto.

Essa direita polarizava o seu ódio em Mário Soares e no PS?

No PS e em tudo à esquerda do PS. No Rosa Coutinho. Outro grupo: o dos mais novos, que tinham um fascínio pela esquerda. A esquerda de Cuba! Cresci com os revolucionários, no liceu. Todos sonhávamos ir para a União Soviética, para os países de Leste e, não sei porquê, para os kibutz de Israel.

"Tu és fascista, tu és comunista." Durante anos não havia nada no meio. Era dos comunistas?

Era uma comunista especial com um sonho imperialista [riso]. Eu queria era ir para a América!, adorava filmes e coca-cola. Cresci. Evidentemente sou de esquerda.

Evidentemente?

Pelo que acabei de dizer: porque acho que somos todos iguais e que merecemos as mesmas oportunidades.

Isso é a base do ser de esquerda?

Para mim, é. Tudo o que retire essa possibilidade está eticamente errado, é imoral. Não tive filhos, voluntariamente. Como é que poderei contribuir para deixar aos que vêm um mundo melhor? Por exemplo, acho que maltratamos muito os outros animais. Não uso nada de origem animal, e acho que isso faz a diferença. Sou tão minoritária neste momento a dizer isto como há um século foi minoritário quem disse que o império não devia existir.

Quando é que a ferida começou a sarar? Para tantos, a ferida continua aberta.

Muito cedo tomei uma série de decisões. Por causa deste percurso e por causa de outras coisas que me aconteceram, e que foram mais gravosas do que isto... Aos 15 anos tive um acidente enorme e fiquei muitos meses no hospital. Tive muito medo de não tornar a andar, de ficar desfigurada. Foi outro um antes e um depois. Mas diferente. Em 75 fazia parte de um grupo. É como estar doente numa epidemia. Em 1980 estava sozinha

naquele problema. Tive tempo para decidir que não queria pautar a minha vida pelo ódio, pela amargura, pela raiva. Não abduco de lutar pelo que acho que está certo. Sou otimista da condição humana. *O Retorno* ter corrido tão bem, ter tantos leitores, tem a ver com o facto de eu não querer ajustar contas.

Porque é que o livro não pode ser lido como uma forma de ajustar contas com o seu passado, com o país?

O livro é uma radiografia da perda. E é, acima de tudo, uma ideia de recomeço. Perder um país é estranho; é como se parte de nós desaparecesse num fenómeno histórico. Há muitos retornados com um ódio enorme à metrópole, aos de cá, aos de lá... Não sou desses.

Estão a passar 40 anos sobre a Independência das ex-colónias...

O que talvez interesse é pensar, perceber a natureza das relações entre Portugal e Angola. Agora [a situação] inverteu-se. São eles que nos estão a colonizar em termos económicos, e um grupo, alguns de nós, estão a lucrar muito. Talvez fosse interessante perceber de onde é que vem esse dinheiro, como é que a elite angolana obtém esse dinheiro, o que nos torna, como país, receber esse dinheiro. Já ouvi artistas dizer: “Ainda bem que há o dinheiro angolano, ainda bem que há o dinheiro chinês”. Quando dizemos isto, ignorando o atropelo dos direitos fundamentais, na verdade merecemos o que vamos tendo. Se o nosso privilégio vem à custa da exploração de outros, isso não nos torna só testemunhas, torna-nos cúmplices. As linhas são muito ténues, e passamos de uma para outra sem nos darmos conta. As relações pantanosas entre Angola e Portugal, neste momento, incomodam-me muito mais do que o colonialismo. O colonialismo foi errado, o império nunca devia ter existido, mas está acabado. Mas isto [o presente] não. E vivendo numa democracia pode-se votar ou não em quem permite estes negócios. Acredito que cada cidadão tem imenso poder e que abrimos mão disso.